

# PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS MBYÁ-GUARANI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROponentes - Comunidades Mbyá-Guarani do Rio Grande  
do Sul

Destinatário da proposta - Fundação Nacional do Índio

## SUMÁRIO

- 1 - Justificativas da proposta
- 2 - Fundamentação histórica e antropológica
- 3 - Relação de áreas visitadas
- 4 - Indicação das terras pretendidas
- 5 - Bibliografia
- 6 - Anexos

### 1 - JUSTIFICATIVAS DA PROPOSTA

Durante o ano de 1996, as comunidades Mbyá-Guarani do Estado do Rio Grande do Sul discutiram e executaram um trabalho de identificação de áreas de terras, no Estado, que poderiam ser demarcadas pela FUNAI para ocupação dessas comunidades.

Em 18 de agosto de 1996, foi enviada correspondência à Presidência da FUNAI, informando sobre este trabalho e solicitando que a Fundação aguardasse o presente relatório antes de iniciar novas identificações de terras para os Mbyá.

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1996, foram realizadas três viagens de reconhecimento, que contaram com a participação de representantes das comunidades de Pacheca, Canta Galo, Passo da Estância, Passo Grande, Aguapé, Salto Grande do Jacuí e Santa Rosa. O presente relatório é resultado dessas viagens.

A motivação desta iniciativa dos Mbyá é que a FUNAI demarque áreas que venham de encontro às reais necessidades deste povo indígena na definição de áreas de terras que contemplem suas formas tradicionais de ocupação de um território.

### 2 - FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA

#### EM BUSCA DE TERRAS MBYÁ

*José*  
Ivori Garlet\*

#### 1 Os Mbyá

Os Guarani contemporâneos, dispersos em território brasileiro, são classificados pelos estudiosos das culturas indígenas em três grupos étnicos distintos: os Mbyá, os Kayová e os Nandeva, também conhecidos como Chiripá.

\* Mestrando em História pela PUC-RS.

Dos três grupos, os Mbyá são os que se distribuem por uma área geográfica mais extensa. Comunidades Mbyá são encontradas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Pará. Além das fronteiras brasileiras, os Mbyá também são encontrados no Paraguai, Argentina (Província de Misiones) e Uruguai. A razão para esta curiosa e abrangente dispersão geográfica pode ser associada ao processo migratório.

Os Mbyá estão em contato com a sociedade ocidental desde, pelo menos, a metade do século XVII. Ao longo deste período, e em função do relacionamento interétnico, significativas mudanças podem ser observadas em relação aos aspectos culturais. O que isto tem a nos dizer? Que os Mbyá atuais são menos Mbyá que seus antepassados de 300 anos atrás? Pensamos que nem mais nem menos: eles continuam sendo Mbyá. Se mudanças culturais ocorreram, as mesmas foram necessárias e devem ser interpretadas como respostas articuladas com a perspectiva de os Mbyá continuarem sendo eles próprios.

As mudanças também devem ser analisadas considerando não apenas os personagens envolvidos no contato interétnico, mas também as drásticas alterações das condições objetivas de existência do grupo e de reprodução dos seus aspectos culturais. A fragmentação do território originalmente ocupado e a conseqüente desterritorialização produziram transformações tanto sobre o modelo econômico, quanto na organização social. Mas os Mbyá desterritorializados se apropriaram de novos espaços, ampliando positivamente tanto o conceito étnico de territorialidade, quanto a possibilidade real de contar com novos espaços disponíveis. A forma como se apropriam dos espaços incorporados a um território em expansão, e a maneira como se organizam social, religiosa, política e economicamente revelam a dinamicidade da cultura e uma surpreendente capacidade de dar respostas aos desafios.

Chamamos a atenção para o fato de que, desde que a sociedade ocidental passou a instalar-se sobre o território Mbyá, e estes foram forçados a se desterritorializar, conseguiram por suas iniciativas e esforços encontrar espaços onde expandir-se, reterritorializando-se. Contudo, a concorrência e a disputa pelo espaço vêm se acirrando gradativamente. Hoje os Mbyá já não conseguem acesso a áreas de terras adequadas e sobre as quais não haja um branco que não se intitule “proprietário”. A realidade visível no RS não desmente esta afirmativa: basta conferir a proliferação de acampamentos à beira das estradas. Por outro lado, as terras que vêm sendo propostas à demarcação e/ou destinadas às comunidades indígenas são terras marginais, recusadas durante o processo de colonização justamente por suas péssimas qualidades do solo, dificuldades de acesso e por sua localização geográfica (locais sujeitos a baixíssimas temperaturas no inverno, a inundações...).

Entendemos que deve haver uma postura mais decidida por parte dos órgãos responsáveis por esta situação, especificamente a FUNAI, com ações que agilizem os processos, que venham de encontro às reais reivindicações deste povo indígena por terras que eles próprios considerem ideais para o desenvolvimento de sua cultura e que transcendam os limites formais da burocracia.

A tendência migratória que caracteriza a sociedade Guarani foi sustada, ou dinamizada, a partir do impacto da colonização e ocupação de seus territórios. Para os Kayová e Chiripá, a possibilidade de continuar empreendendo seus deslocamentos em busca de novos espaços foi reduzindo na proporção direta da expropriação de seus territórios e, posteriormente, com a intervenção estatal na delimitação de áreas específicas onde, compulsoriamente, foram “fixados”. Brand (1994) analisa este processo de redução territorial e o concomitante confinamento dos Kayová do Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo em que se destinavam espaços inadequados e exíguos, desrespeitou-se também a forma de organização social dos Guarani. Diversas unidades políticas e religiosas tiveram que dividir o mesmo espaço, aumentando as tensões e os conflitos internos. O pesquisador identifica a prática do suicídio como uma das conseqüências deste confinamento. Estudando comunidades deste mesmo grupo étnico e sobre a mesma região, Chamorro (1995: 88) conclui que, impossibilitados de realizar movimentos migratórios reais, os Kaiová estariam ressignificando esta necessidade através do canto-dança ritualizados.

A análise do processo migratório entre os Mbyá nos obriga a um recuo no tempo e no espaço, chegando ao Paraguai colonial. Durante esse período, os Mbyá, que ocupavam um território bastante amplo situado no leste paraguaio, ofereceram uma resistência armada à conquista espanhola. Inclusive as tentativas de reduzi-los à vida e religião cristã redundaram em sucessivos fracassos. De acordo com Cadogan (1961), os Mbyá sustentaram esta resistência ativa por mais de duzentos anos, e só foram vencidos por uma avassaladora epidemia de varíola que, no início do presente século, praticamente dizimou-os.

Mas já a partir da metade do século passado ensaiavam-se os passos para a desterritorialização definitiva dos Mbyá. As selvas por eles ocupadas sempre foram cobiçadas pela imensa oferta de recursos extrativistas, principalmente erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e madeiras. A possibilidade de explorar tais recursos foi empurrando, paulatinamente, as frentes de expansão sobre seu território. Após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), o Estado paraguaio, que detinha 98% das terras<sup>1</sup>, começou a vendê-las como forma de levantar fundos numa tentativa que equilibrar a economia ~~xxx~~ arruinada pela guerra. O território Mbyá foi atingido em cheio por tal medida, justamente pelas riquezas naturais sobre ele contidas. Grandes áreas passaram à condição de patrimônio de empresas estrangeiras ou à elite paraguaia (Wicker, 1989-90: 113)<sup>2</sup>.

Portanto, a partir da Guerra do Paraguai ocorre o maior impacto sobre o território original dos Mbyá. A formação de propriedades particulares sobre o mesmo significou a sua fragmentação. Ainda que muitas unidades político-religiosas dos Mbyá não tenham sido imediatamente atingidas por estes processos, grande parte delas foram desestruturadas. Frente a este quadro restaram-lhes poucas opções:

<sup>1</sup>O controle do Estado paraguaio sobre as terras se consolidou durante o período de ditadura do Presidente José Francia (1814-1840).

<sup>2</sup>A propósito, baseados em Wicker (1989-90: 113), transcrevemos a dimensão de algumas das propriedades que se constituíram na ocasião: “La Industrial Paraguaya S.A.”: 3.502.727 hectares (representando 17% das terras do leste paraguaio); Domingo Barthe: 1.875.000 hectares (propriedade situada no atual Departamento de Alto Paraná).

incorporar-se como mão-de-obra nas empresas extrativistas ou migrar. Para muitos grupos esta segunda possibilidade foi a melhor resposta, uma vez que, lançando mão de uma dinâmica cultural, podiam buscar espaços adequados à manutenção e preservação de seu modo de ser.

Paralelamente aos fatores de ordem histórica, temos que considerar os de fundamentação cultural dos Mbyá como motivadores, ou intensificadores, da mobilidade espacial. Possivelmente a ocupação de seu território, as agressões sobre o meio ambiente, as doenças e as explorações às quais foram submetidos tenham sido interpretadas pelos dirigentes religiosos como os agentes da destruição do mundo<sup>3</sup>. A idéia de um cataclisma universal, presente na mitologia Guarani, havia tomado formas e se apresentado aos Mbyá em todo seu potencial destruidor. Urgia, portanto, buscar espaços onde se sentissem novamente seguros e onde pudessem manter seu patrimônio cultural.

Desterritorializados, os Mbyá começam a expandir os limites de seu território, incorporando novos espaços num processo que, julgamos, ainda não sedimentado. Desde que intensificaram sua saída do Paraguai, após a Guerra da Tríplice Aliança, diversas rotas migratórias foram sendo estabelecidas. Nesta perspectiva, as migrações atualmente em curso podem ser interpretadas como uma resposta reativa ao processo de desterritorialização a que foram submetidos em período histórico.

Em que pese as drásticas conseqüências delas decorrentes, as migrações representam um aspecto altamente positivo, uma vez que permitem aos Mbyá ampliar seu território de domínio, desafogando tensões internas e externas e manterem-se independentes – mas não alheios – às mudanças e interesses políticos sobre a totalidade de seu território. O somatório destes aspectos reflete-se na constante reafirmação de sua identidade, mantendo-se enquanto grupo étnica e culturalmente diferenciado. A hoje necessária convivência com a sociedade envolvente, ao mesmo tempo que gera uma série de desafios, proporciona-lhes um constante repensar-se enquanto Mbyá.

### 3. Os Mbyá do Rio Grande do Sul

Tanto os registros bibliográficos, quanto a história oral dos Mbyá apontam a Guerra do Paraguai como uma referência temporal, a partir da qual diversos grupos familiares ingressaram no Rio Grande do Sul (RS). Dentro do território Mbyá em expansão, o RS não pode ser entendido como um mero corredor de passagem. Nem que os Mbyá, devido ao seu caráter “nômade”, não possuem sobre este Estado uma memória espacial e que, portanto, qualquer terra serve-lhes.

---

<sup>3</sup>A idéia do fim do mundo, tal como descreveu Nimuendaju (1987), é um dos aspectos característicos da religião Guarani. O mundo, rezam os mitos, foi criado uma vez e destruído pelos deuses. Recriado por eles, será novamente destruído. Diversos fatores que entram nas experiências cotidianas dos Guarani podem ser interpretados como indícios do fim do mundo (doença, conflito por posse da terra, desmatamento, estiagens prolongadas, enchentes, diminuição das potencialidades produtivas das terras, tensões internas nas comunidades). Em outras palavras poderíamos dizer também que a terra se encheu de males, sendo necessário partir em busca de espaços onde o mundo, através da reinstalação de uma nova aldeia, possa ser recriado.



Abrimos um parêntesis para destacar que a resistência à possibilidade de garantir espaços para os Mbyá no RS encontra parte de sua fundamentação na visão equivocada da relação que os mesmos mantêm com o seu território. A intensa mobilidade espacial, vinculada a uma forma específica de ocupação territorial proporcionou argumentos para rotulá-los de nômades. O equívoco, portanto, relaciona-se ao uso do conceito<sup>4</sup>, baseado em pressupostos apressados e superficiais de laudos antropológicos. Assim a autoridade do “especialista” (antropólogo) cria e domestica idéias que se cristalizam em reducionismos preconceituosos. A dificuldade das autoridades (Estado, órgão indigenista, funcionários públicos...) deve-se à construção da imagem do índio Guaraní como ser metafísico sedimentada pela academia e pelo preconceito da sociedade envolvente quanto à forma diferenciada dos Mbyá ocuparem o território. São alguns dos fatores que agravam as condições de definição de seus espaços.

Desde de que se estabeleceram dentro dos limites riograndenses, os Mbyá apropriaram-se real e simbolicamente de espaços específicos. Ainda que do ponto de vista da fauna, flora, clima e solos os locais escolhidos não oferecessem variações significativas em relação ao território original, localizado no Paraguai, observamos o emprego de uma série de justificativas e estratégias para agregar os novos espaços, numa nova concepção de territorialidade. Nesta nova concepção os Mbyá reconhecem apenas o mar como limite de seu território. Isto não quer dizer que passaram a reivindicar toda a extensão das terras que vão do Paraguai à costa atlântica. Reivindicam espaços com mata, pois, baseados em justificativas de fundamentação mítica, dizem possuir direito sobre as matas desde a criação do mundo. Também não são todas as matas que são adequadas e reivindicadas: somente aquelas utilizadas e percorridas pelo **Kechuíta**<sup>5</sup> em sua peregrinação terrena, antes de transladar-se, sem passar pela prova da morte, ao paraíso.

As primeiras aldeias estabelecidas no RS localizaram-se sobre três regiões distintas, conforme demonstraremos a seguir:

a) Noroeste

“No tempo da Guerra do Paraguai”, repetem os Mbyá mais antigos, grupos provenientes daquele país, ou após transitar pela Província de Misiones, estabeleceram vários **Teko’a** nesta região. São referidos o **Teko’a Ka’aty**, no atual município de Crissiumal, e outro situado em Santo Cristo. No início do atual século, quando o estado promoveu a colonização da região denominada Grande Santa Rosa, os Mbyá enfrentam um novo processo de desterritorialização. De acordo com Simonian (1990-93: 122), o estado realizou algumas intervenções em relação às terras Mbyá nesta região. O Toldo Santa Rosa (**Ka’aty**) chegou a ser demarcado, enquanto

<sup>4</sup>Confira o conceito de nomadismo em SAHLINS, M. *Sociedades Tribais* (1983: 56/57).

<sup>5</sup>O **Kechuíta** aparece como um ancestral mítico: poderíamos identificá-lo como um herói civilizador. Personagem que se destaca por seu caráter ambulante, teria atingido o estágio da imortalidade justamente por ter se mantido fiel e perseverante às tradições frente aos desafios suscitados durante o seu peregrinar neste mundo. Uma vez imortalizado, “cruzou o mar” e chegou ao paraíso mítico Mbyá. Os peregrinos atuais devem descobrir e seguir suas pegadas, procurando imitar-lhe a conduta perfeita. A possibilidade de que o **Kechuíta** revele lugares ideais para que os Mbyá possam viver de acordo com o modo de ser tradicional depende exatamente do grau de fidelidade e perseverança que conseguem viver as prescrições culturais durante o peregrinar terreno.

o de Santo Cristo apenas discriminado. Mas o pouco empenho do Estado favoreceu o processo de expropriação das terras Mbyá, pois logo passaram às mãos dos colonos. O Estado atribuiu à inconstância dos índios sua má vontade em efetivar a garantia destas terras. Simonian (idem) resume da seguinte maneira a posição do Estado e as possibilidades dos Mbyá em permanecer na região:

*Teriam os Guarani de Santo Cristo e os de Santa Rosa abandonado o local por pressões de parte dos camponeses sem terra ou grileiros, ou simplesmente seguiram em 'em busca da terra sem males'? Sabe-se que as pressões locais eram imensas atualmente, o que por certo contribuiu para perturbar e inviabilizar as condições materiais de vida desses Guarani. É importante observar que na época o governo estadual implantou um sistema de colonização dirigida na região.*

E, assim, os Mbyá partiram em busca de novos espaços dentro do RS, e fora, retornando à Argentina, ou dirigindo-se a outros estados brasileiros. Com a demarcação da área Kaingang de Guarita, os Mbyá passaram a ter neste local o único ponto de referência, embora utilizem-no somente em casos extremos, pois sua permanência é controlada tanto por este grupo étnico, como pelo órgão indigenista oficial (FUNAI), o que deploram profundamente.

#### b) Depressão Central

Os indícios disponíveis a respeito da presença Mbyá nesta região levam-nos a crer que a mesma ocorreu concomitante, ou imediatamente posterior, à ocupação por famílias Ñandeva. De fato, em 1910 o Toldo Lagoão, localizado no município de Soledade, foi demarcado pelo governo estadual. Mas, em seguida, os 200 Ñandeva que nele residiam foram expulsos por um fazendeiro que entrou em conflito com a comunidade indígena pela posse das terras (Simonian, 1990-93: 122).

Mais ou menos nesta época chegava à região outro grupo Ñandeva proveniente da fronteira entre Brasil e Paraguai, mais precisamente do estado do Paraná (Garlet, 1994: 4). A intenção das famílias recém chegadas era, presumivelmente, juntar-se aos parentes que sabiam localizados em Lagoão. Como estes haviam sido expulsos, dirigiram-se ao local denominado Salto do Jacuí, uma antiga ocupação Ñandeva.

Famílias Mbyá em Salto do Jacuí, segundo informações prestadas por representantes deste grupo, começam a chegar na região por volta de 1935<sup>6</sup>. Desde então o local só não permaneceu ocupado durante o período de construção da usina hidrelétrica Maia Filho, durante a década de 50. Posteriormente os Mbyá retornaram à região, e a mantêm ocupada até o presente, sempre obedecendo a dinâmica Mbyá de ocupação das terras: ou seja, diversas famílias revezando-se sobre o local e

<sup>6</sup>Mário Brissuela (Perumi), atualmente residindo na Área Indígena da Varzinha, diz ter nascido em Salto do Jacuí em 1935. Descrevendo o itinerário de seus ascendentes, informa que antes de chegar em Salto do Jacuí, os mesmos haviam permanecido por algum tempo no Teko'a Ka'aty (Crissiumal). É possível que esta não tenha sido a primeira família Mbyá a instalar-se no local. Mas é a referência mais antiga que obtivemos.

procurando sempre alternar períodos de permanência e afastamento, justamente para possibilitar a renovação dos recursos naturais que manejam em sua economia. Dinâmica sábia e necessária, sobretudo se se considerar as exíguas dimensões da área que ainda têm disponível.

c) Sudeste

Segundo a história oral do grupo, os Mbyá encontram-se nesta região desde, pelo menos, a metade do presente século. Inicialmente formaram aldeias em pontos extremos dentro do município de Camaquã. Uma delas situada ao norte, no local denominado Mato Castelhana, nos limites com Dom Feliciano. A opção por este ponto se deu, segundo o informante<sup>7</sup>, porque ali se localizava um antigo erval de um dos Sete Povos das Missões e por ainda apresentar espaços ecologicamente preservados. A outra aldeia foi estabelecida nas proximidades de Vila Pacheca, no extremo sul do município de Camaquã, na mata existente junto às margens do rio homônimo que deságua na Lagoa dos Patos.

Os Mbyá “abandonam” a aldeia situada em Mato Castelhana à medida que colonos se instalam no local, desmatando-o. Neste caso a desterritorialização resultou tanto pela apropriação dos espaços indígenas como pelo esgotamento dos recursos naturais importantes para a manutenção dos padrões econômicos.

Pacheca permanece ocupada até o presente. Contudo, houve uma acentuada redução da área originalmente utilizada. A comunidade conta hoje com um insignificante espaço disponível para as práticas agrícolas, onde os solos empobrecidos e a morosidade do órgão estatal de proteção constituem-se em fatores limitantes à formação de núcleos populacionais de acordo com a configuração determinada pela organização social dos Mbyá.

Observando-se as ocupações Mbyá mais antigas, sobre as três regiões acima referidas, e a distribuição geográfica das comunidades atuais, concluímos que as mesmas se constituíram em pólos a partir dos quais originaram-se as ocupações mais recentes. Os grupos que nas últimas décadas se deslocaram da Argentina e/ou Paraguai para o RS tinham como pontos de referência as antigas aldeias. Diante das transformações ocorridas na paisagem geográfica-ecológica e humana, os grupos migrantes passaram a buscar áreas alternativas, constituindo inúmeros núcleos em torno daqueles pólos originários. A impossibilidade de contar com os antigos aldeamentos na região Nordeste, por exemplo, pode ter impulsionado os grupos em direção ao litoral, onde a Serra do Mar apresenta-se como uma região ecologicamente preservada<sup>8</sup>. A partir da Depressão Central, originaram-se diversos núcleos, como é o caso de Irapuá (Cachoeira do Sul), Santa Maria, São Vicente e Jaguarizinho (São

<sup>7</sup>Indalécio Oliveira, hoje com 58 anos, prestou as informações reproduzidas neste texto (conf. Garlet, 1994: 9)

<sup>8</sup>Normalmente os grupos recém-chegados da Argentina e/ou Paraguai, ao cruzarem a fronteira, permanecem circulando pelos municípios de Santa Rosa e Santo Cristo. Outros chegam até São Miguel das Missões, junto às ruínas do antigo Povo de São Miguel, ou em Caaró.

Francisco de Assis). Já na região Sudeste, observa-se a proliferação de diversos nucleamentos, basicamente acampamentos próximos às rodovias.

#### 4. **Teko'a**: Espaços de Vida

A palavra **Teko** pode ser traduzida por vida, sistema, modo de ser, modo de estar, cultura, lei, costume (Melià, Grünberg e Grünberg, 1976: 186). **Teko'a**, por sua vez, expressa o lugar em que o modo de ser, estar, o costume, a lei ..., podem e devem se manifestar em sua plenitude.

Conscientes da profundidade destes conceitos, os Mbyá atuais demonstram-se reticentes e resistentes em classificar os espaços que ocupam enquanto **teko'a**. Na sua lógica seria, no mínimo, um contra-senso atribuir-lhes tal distinção, pois **teko'a** deve ser, antes de tudo, um espaço de vida e para a vida. E os espaços atuais estão longe de atender os requisitos mínimos que devem ser preenchidos para ser um verdadeiro **teko'a**.

Ao elencar os critérios definidores dos espaços que buscam para estabelecer seus **teko'a**, os Mbyá relacionam em primeiro plano a mata. Dela extraem a matéria-prima para a construção das casas, podem desenvolver atividades econômicas básicas, como a caça, a coleta, a pesca. Em segundo lugar que as terras sejam propícias ao desenvolvimento da agricultura. Pois, conforme já aludimos acima, a agricultura tem seu papel de destaque não apenas do ponto de vista econômico, mas também religioso.

Além destes aspectos objetivos, há outros de caráter não-objetivos que devem ser considerados para a definição do **teko'a**. É considerando estes aspectos que os Mbyá se recusam a aceitar que os brancos lhes digam onde devem se estabelecer, pois a decisão final sobre a possibilidade de morar ou não sobre determinado espaço deve ser expressa pelos Deuses. Assim, os espaços ideais são sonhados pelos dirigentes religiosos, pois é através da via dos sonhos que os Deuses lhes revelarão os pontos onde a ação e as forças da natureza, potencialmente maléficas, podem ser controladas pelas ações dos homens. Os espaços habitados, sem a autorização expressa dos Deuses, serão espaços perigosos, onde as pessoas estarão sujeitas a doenças. A terra, nestas condições, configura-se como uma terra com males, devendo ser evitada. Os espaços devem possibilitar um canal de comunicação entre os homens e dos homens com as divindades. Para os Mbyá, portanto, os espaços não são avaliados apenas na sua dimensão horizontal, mas também vertical.

Foi, portanto, considerando esta multiplicidade de fatores que os Mbyá do RS decidiram por participar ativamente do processo de escolha e definição de suas áreas. Após percorrerem o Estado em busca de terras Mbyá, elegeram alguns espaços na expectativa de estarem construindo espaços para a vida. Espaços onde possam continuar expressando-se plenamente enquanto Mbyá, preservando a memória do passado e construindo a memória futura.



### 3 - RELAÇÃO DE ÁREAS VISITADAS

1 - TAIM (municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar) - lugar bom, mas tem pouca mata. A terra é boa para realização de roças, tem caça e pesca abundante. O grupo considera interessante a área, existe boa diversidade de remédios nativos, tem bastante taquara para a confecção de artesanatos, acesso a transporte e mercados. A água é boa, tem “pindó” (palmeiras) e mel de abelhas. Há interesses empresariais sobre a área, que querem desenvolver o eco-turismo na região. Para isto foi criado um consórcio de seguradoras, desenvolvendo a campanha “Abraça o Taim”.

2 - JAGUARÃO - pouca terra disponível, o lugar é pequeno e tem pouca mata. Tem água boa, peixe, caça, terra boa para desenvolver roças, é um bom local para aldeia. Tem fácil acesso a transporte, hospital e mercados.

3 - ARROIO GRANDE - o grupo considerou a região muito empobrecida.

4 - PELOTAS - O Banco do Brasil possui áreas confiscadas dos produtores rurais que possuem dívidas com o Banco. Faltou aprofundar a pesquisa na região. Seria interessante um contato com a gerência do Banco para obter a relação dessas áreas e uma posterior visita, visando verificar se podem ser áreas de agrado dos Mbyá. Como são terras do Banco poderiam ser negociadas diretamente entre os órgãos do Governo Federal.

5 - SÃO LOURENÇO e CRISTAL - Localizou-se ruínas com sinais de sítios arqueológicos. O grupo já conhecia o local. Tem pouca mata preservada, o solo é bastante arenoso ficando sensível à erosão; a região é acidentada e ocupada por minifúndios.

6 - CAMAQUÃ - Foi identificada uma área de mata virgem muito boa, com cerca de 400 ha, num local bastante isolado e preservado. A localização fica no 5º distrito de Camaquã, Ipês e Freguesia. Há dificuldades de transporte e distância de recurso médico.

7 - MARIANA PIMENTEL - Tem área com mata nativa, em tamanho suficiente, com água, e localização próximo à cidade. Solo arenoso, delicado, e bom para o cultivo de batata doce. Visitou-se outra região em Mariana Pimentel, onde as cartas topográficas indicavam uma extensão considerável de mata, porém, constatou-se grande desmatamento. Toda a região é ocupada por minifúndios.

8 - SERTÃO SANTANA - O local é bom. Tem mata, mas é dividida por diversos minifúndios, o que dificultaria as desapropriações.

9 - BARRA DO RIBEIRO - região com 100 ha (4 herdeiros, sem grandes interesses sobre a área), tem água boa, possibilidade de terra para plantio, tem morro e terreno plano. Tem peixe, palmito, pindó, caça, taquara, mel, chás e ervas para costumes e tratamentos de saúde. Fácil acesso para transporte. Os lindeiros desta área possuem boa aceitação e entendimento sobre a realidade dos índios. Este local é próximo a acampamentos dos Mbyá-Guarani na BR116.

10 - PONTA DA FORMIGA (Município de Guaíba) - Os Mbyá possuem antigos interesses pela área, com referências orais históricas, inclusive falando sobre antigas ruínas existentes nesta região. Moradores de Guaíba e Barra do Ribeiro falam que existia uma área indígena na Ponta da Formiga e que os grupos acampados à beira da BR116 deveriam ser transferidos para lá. Tentamos chegar ao local, mas fomos impedidos de entrar pela Guarda Florestal da RIOCELL, empresa multinacional que se diz proprietária da área. Sugerimos que a FUNAI envie um grupo especial para examinar a região, pois ela é de grande interesse dos Mbyá e, segundo informações, está muito bem preservada ecologicamente.

11 - CERRO GRANDE - Houve dificuldade na localização exata de lugares que interessam ao povo Mbyá-Guarani. Porém, não se descarta o interesse por áreas neste local, por exemplo, em Mato Castelhanao.

12 - PARQUE HISTÓRICO DA FONTE JESUÍTICA (Município de São Miguel) - próximo às Ruínas de São Miguel, pertence à Prefeitura Municipal de São Miguel e ao IPHAM - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - a área tem 7 ha, e está próxima à cidade. Tem 2 famílias Mbyá-Guarani morando no local a 2 anos. O local sempre foi passagem histórica do grupo indígena.

13 - MATA SÃO LOURENÇO (Município de São Miguel) - propriedade do Sr. Pelágio Tomás da Silva, com 587,92 ha de mata. Rica em nascentes de água, erva mate, frutas, remédios e chás medicinais; tem pouca caça no local; tem mel e matéria prima para artesanatos (guajuviras, cipós, taquaras, pindós); O Sr. Pelágio está se desfazendo de algumas partes de sua propriedade, com receio de ser desapropriado para fins de reforma agrária. Ele próprio ofereceu aos índios os recursos da mata, para fins de retirada de material para artesanatos. Há interesse do proprietário, e também da comunidade local, de que aquela mata seja preservada e uma forma de garantir tal preservação seria a demarcação da área para a comunidade indígena.

14 - SANTA ROSA - o índio Mbyá-Guarani Silvano Alves, acampado com outras famílias em situação emergencial no trevo de acesso a Tuparendi e Santo Cristo, acompanhou a viagem de localização de terras. Comentou que o

proprietário do local onde estão mandou que saíssem. Ficou contente com a iniciativa de localizar novas áreas nesta região. O grupo está sendo despejado e pretende retornar para a Região de São Miguel das Missões, onde já estiveram morando

15 - RIO INHACAPETUM (Município de São Miguel) - área às margens do Rio Inhacapetum, próximo a Barra do Rio Inhacapetum com o Rio Piratini. A área possui 236,48 ha. A localidade é conhecida pelos seguintes nomes: Coimbra, Campestre, São João das Missões e Costa Inhacapetum.

16 - ESQUINA EZEQUIEL (Município de São Miguel) - a área é um grande latifúndio, a 27 km a Leste da cidade. Propriedade do Sr. João Alpim, conhecido por João Negrão. A área tem mata nativa (taquara, pindó), mas não tem mais caça; tem boas nascentes d'água, com bastante peixe. Ainda foi visitada outra área do mesmo proprietário, que é a maior mata da região, rica em espécies nativas. Tem água, mel, plantas e chás medicinais, matéria prima para artesanato, terra boa (goimbé, taquara, cipó, pindó).

17 - Fazenda no Município de São Miguel - Costa do Rio Piratini, de propriedade do Sr. Marcelo da Lage : não foi possível realizar a visita no local porque o proprietário não nos permitiu a entrada.

18 - Localidade Garruchos - Costa do Rio Uruguai (Município de São Nicolau) - não conseguimos visitar por falta de recursos.

19 - ICAMAQUÃ - cabeceira do Icamaquã - (municípios de Santo Antônio das Missões e Rincão dos Antunes), por falta de recursos não foi possível realizar visitas.

20 - SÃO FRANCISCO DE ASSIS - Tem um grupo Mbyá-Guarani acampado próximo à ponte do Rio Jaguarzinho, que é um local de presença histórica do povo Mbyá. Na mata têm plantas medicinais, que os Mbyá dizem que se encontra só nesta região. São plantas únicas e necessárias à saúde do povo. O lugar tem muito peixe, pouca caça, taquara, mel, a mata é pequena e a água é do rio. Os fazendeiros permitem que os índios transitem livremente pelas fazendas. O local está próximo à cidade (5 km), onde tem pouco comércio para artesanatos.

21 - IRAPUÁ (Município de Cachoeira do Sul) - BR 290. A ocupação de famílias Mbyá neste local é muito antiga. Atualmente há 3 famílias no local. A região está localizada às margens do Rio Irapuá. A FUNAI já identificou 12 ha para a comunidade indígena. O tamanho, porém, é insuficiente. Constatou-se que existe possibilidade de ampliação da área para cerca de 120 ha. Tem água boa, com 3 nascentes dentro do mato; a mata é boa e com bastante recursos

(taquara, pindó, capivara, veado, paca, tatu); a terra é boa para roças, tem capim santa fé, frutas, mel, coco, limão, lima, pitanga, laranja, peixes. O proprietário faleceu recentemente, sendo a área pretendida administrada pelos herdeiros. O Sr. Heitor Correa, administrador, ofereceu 50 ha para os índios ocuparem.

#### 4 - INDICAÇÃO DAS TERRAS PRETENDIDAS

Reunidas as comunidades Mbyá, foram selecionadas 6 das áreas visitadas, e mais a indicação da área da Ponta da Formiga (não visitada), às quais estão a seguir relacionadas em ordem de prioridade. Na seleção destas áreas, os Mbyá consideraram os seguintes critérios para a seleção: maior intensidade da presença histórica indígena no local; locais com poucas complicações fundiárias a serem superadas na caracterização como terra indígena; bom potencial para produção agrícola; rios; diversificação da flora das matas; urgência em garantir áreas aos grupos que se encontram em piores condições, no caso os acampados à beira de estradas.

Neste sentido, os Mbyá encaminham o pedido à FUNAI para que seja criado um Grupo de Trabalho, com a tarefa de estudar cada uma dessas áreas indicadas, verificando de que modo se daria a definição desses territórios. No entender dos Mbyá, a FUNAI deveria providenciar na identificação e demarcação, como áreas de ocupação tradicional dos Mbyá, ou aquisição dessas áreas e destiná-las à posse e usufruto dessas comunidades. Para isto, as comunidades Mbyá se colocam à disposição da FUNAI e do referido GT para auxiliar nestes trabalhos.

As comunidades discutiram a questão da compra de terras por parte da FUNAI, uma vez que isto poderia descaracterizar o reconhecimento estatal, inscrito na Constituição Federal, de que as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas, são terras da União, não cabendo nesses casos a compra de terras. Contudo, devido a maneira muito específica dos Mbyá ocuparem suas terras, o que se dá de forma inconstante e intercalada, isto traz dificuldades na caracterização de áreas ocupadas tradicionalmente pelos Mbyá. Por outro lado, na memória desses grupos, quase todo Estado do Rio Grande do Sul é considerado como território Mbyá, podendo então qualquer área ser ocupada por um grupo. Como não se encontram mais terras devolutas no Estado, que poderiam ser reconhecidas como terras Mbyá, sem que houvessem problemas com a aquisição a particulares, como foram os casos de Pacheca e Barra do Ouro, em alguns casos não há outra possibilidade que não a compra das áreas pretendidas. Mesmo sendo adquirida, isto não descaracterizará a área como terra Mbyá.



Em função da crescente precariedade em que se encontram os cerca de 15 grupos de Mbyá-Guarani, acampados à beira das rodovias no Estado, sofrendo toda sorte de dificuldades, como fome, doenças, atropelamentos, solicitamos que as decisões cabíveis, com relação as 7 áreas a seguir apontadas, sejam tomadas o mais rápido possível.

## **ÁREAS REIVINDICADAS:**

**1 - INHACAPETUM** - A área localiza-se no Município de São Miguel, a 29 Km da cidade, às margens do Rio Inhacapetum. É uma área de 236,48 ha, de propriedade do Sr. Marinho Francisco de Oliveira, 69 anos, e de sua ex-companheira, Cássia de Oliveira, que reside em São Miguel. O casal não possui filhos. Ambos possuem interesse em vender parte da propriedade, cerca de 160 ha.

A área é rodeada pelo Rio Inhacapetum. Tem peixes, caça, mel, água, frutas, taquara, guajuvira, terra boa para plantio. O Sr. Marinho possui pressa em vender sua propriedade, dizendo que o fará para o primeiro interessado.

**No entender das comunidades Mbyá esta área pode ser caracterizada como de sua ocupação histórica e tradicional.**

**2 - MATA SÃO LOURENÇO** - Área de aproximadamente 700 ha, localiza-se no Município de São Miguel. Possui 587,92 ha de mata. Rica em nascentes de água, erva mate, frutas, remédios e chás medicinais; tem pouca caça no local; tem mel e matéria prima para artesanatos (guajuviras, cipós, taquaras, pindós); O Sr. Pelágio está se desfazendo de algumas partes de sua propriedade, com receio de ser desapropriado para fins de reforma agrária. Ele próprio ofereceu aos índios os recursos da mata, para fins de retirada de material para artesanatos. Há interesse do proprietário, e também da comunidade local, de que aquela mata seja preservada e uma forma de garantir tal preservação seria a demarcação da área para a comunidade indígena.

**3 - IRAPUÁ** - Localiza-se às margens da BR 290, Km 300, Município de Cachoeira do Sul. A área já foi identificada por um GT da FUNAI, mas somente com 12 ha, os quais os Mbyá consideram insuficientes. Verificamos, com os proprietários locais que a área pode ser aumentada para cerca de 120 ha a 150 ha.

**Trata-se também de uma área que pode ser caracterizada como sendo de ocupação tradicional dos Mbyá.**

**4 - ÁGUA GRANDE** - Esta área se localiza no interior do município de Camaquã, a cerca de 30 Km da sede, nos distritos de Ipês e Freguesia. Trata-se de uma mata que abriga as nascentes do Arroio Duro. A região também é conhecida como sendo um antigo ervatal dos Guarani. Pode ser demarcada uma área com cerca de 400 ha, num local bastante isolado e preservado, próprio para a “cultura dos velhos”, como disseram os Mbyá. Em 1992, já foi iniciada uma proposta de compra e doação da área aos índios por uma associação não governamental de Porto Alegre, COOLMEIA, que inclusive obteve pareceres favoráveis do Ministério Público Federal, os quais estão em anexo. Por falta de recursos, a proposta não seguiu adiante. A maior parte desta área proposta está em processo de partilha, e todos os herdeiros concordam em vendê-la.

**5 - BARRA DO RIBEIRO** - Localiza-se no Município de Barra do Ribeiro, próxima à BR 116, e possui uma área de cerca de 100 ha, cobertos por mata nativa. A área pertence a 4 herdeiros que não possuem maiores interesses sobre a área, podendo vendê-la para a FUNAI. Seria uma ótima área a ser destinada aos grupos que já estão acampados a beira da BR116, naquele município.

**6 - TAIM** - Localiza-se no Município de Rio Grande, ao lado da Estação Ecológica do Taim, e já foi identificada por um GT da FUNAI com 21 ha. Os Mbyá consideraram a área excelente por possuir farta caça e pesca, apesar de ser pequena e com pouca mata.

Observação: No trabalho de identificação destas áreas, o grupo sempre quis visitar a área da **PONTA DA FORMIGA**, localizada no Município de Guaíba, a beira da Lagoa dos Patos, uma vez que esta região está muito presente na memória histórica de várias pessoas, como já tendo sido uma região de ocupação dos Mbyá. Contudo, fomos impedidos de lá chegar pela guarda da empresa multinacional, RIOCELL, daquele Município, que se diz proprietária da área. Em função disto solicitamos que a FUNAI faça também o reconhecimento desta região durante os trabalhos do Grupo de Trabalho.

## **5 - BIBLIOGRAFIA**

BRAND, Antônio. **O Confinamento e seu Impacto sobre os Pãi/Kayová**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS. 1993.

- CADOGAN, León. La Guerra de Doscientos Años de los Monteses del Tarumá. Villarica: **Yvytyrusú, Revista Guaireña de Cultura**. Año I, n. 2. p. 1-4. 1961.
- CHAMORRO, Graciela. **Kurusu Ñe'ëngatu: Palabras que la História no Podría Olvidar**. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología. Vol. 25. 1995. 235 p.
- CLASTRES, Hélène. **La Tierra Sin Mal: el profetismo tupi-guarani**. Tradução de Viviana Ackerman. Buenos Aires: Ediciones del Sol. 1993. 155 p.
- GARLET, Ivori. Grupo de Trabalho, Portaria n. 1.136/93, de 12/11/93. **Anexo 2 Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Pacheca**. 1994
- Considerações Acerca das Migrações Mbyá-Guarani: Memória, Território e Resistência. **VII Simpósio Internacional de Estudos Missioneiros e Mercosul**. Santa Maria. 1995. no prelo.
- NIMUENDAJU, Curt. **As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapokuva-Guarani**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP. 1987. 156 p.
- MELIÀ, Bartomeu. **Los Guarani-Chiriguano.Ñande Reko: nuestro modo de ser**. Vol 1. La Paz: CIPCA. 1988. 222 P.
- La Tierra-Sin-Mal De Los Guarani: Economía y Profecía. **América Indígena**. Vol. XLIX. N. 3. p. 491-507. 1989.
- MELIÀ, B., GRÜNBERG e GRÜNBERG. **Los Paĩ-Tavyterã: Etnografía Guarani del Paraguay Contemporáneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos. p. 151- 295. 1976.
- SAHLINS, M. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983.
- SIMONIAN, Lígia. Guarani Xiripá. Discriminação, Demarcação e Expropriação de Terras Guarani Xiripá: Ações do Governo Estadual e/ou com o seu Respaldo. **Expropriação e Luta. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: PETI/ANAÍ-RS. 1990-1993. p 122-133.

WICKER, Hans R. Yvykyti - Cutting the Earth: Indian land Rights Strategies  
in Eastern Paraguay. **Schweizerische Amerikanisten-Gesellschaft.**  
**Bull.** 53-54. 1989-90. p. 109-123.

## **6 - ANEXOS**

- fotografias
- pareceres do Ministério Público Federal

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1997

**ASSINATURAS:**